

SUMÁRIO

1

INTRODUÇÃO.....	25
------------------------	-----------

2

MODELO DE AUDITORIA DO SETOR PÚBLICO ADOTADO PELA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988	27
--	-----------

2.1 Sentido e alcance da função de controle externo na Constituição Federal	36
2.2 Competência constitucional sancionadora dos Tribunais de Contas, com regência do Direito Administrativo Sancionador	42
2.3 EC 139/2026: essencialidade, simetria e autonomia sob a lógica federativa	47

3

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS.....	51
---	-----------

3.1 Organização dos Tribunais de Contas – o modelo constitucional vigente carece de reformulações?	56
3.1.1 Composição e critérios de ingresso do colegiado julgador	61
3.1.2 Conselho nacional de natureza disciplinar.....	64

4

COMPETÊNCIAS DE ESTATURA CONSTITUCIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS.....	65
4.1 Competências institucionais finalísticas de controle externo ordinárias: art. 71 da CRFB/88	68
4.1.1 Competência de apreciação de contas	72
4.1.2 Competência de julgamento de contas	78
4.1.3 Competência de registro de atos de pessoal.....	83
4.1.4 Competência de auditoria e inspeção	90
4.1.5 Competência sancionadora	99
4.1.6 Competência corretiva.....	106
4.1.7 Competência apuratória de denúncias de irregularidades ou ilegalidades apresentadas por cidadão, partido político ou associação	114
4.2 Competência institucional finalística extraordinária: da legitimidade judicial e extrajudicial conferida aos Tribunais de Contas para proteção das prerrogativas institucionais	121

5

SISTEMA DE RESPONSABILIZAÇÃO NO ÂMBITO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS.....	131
5.1 Categorização da ilicitude no controle externo (regular, irregular regular com ressalvas).....	141
5.2 Tipologia no sistema de controle externo: tipologia objetiva e tipologia subjetiva (dolo e erro grosseiro).....	143
5.3 A imputação de débito como consequência jurídica da ilicitude no controle externo de natureza não sancionadora.....	162
5.4 A natureza jurídica das sanções no controle externo.....	168

6

BENS JURÍDICOS TUTELADOS PELO CONTROLE EXTERNO EXERCIDO PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS	181
--	------------

- 6.1 A probidade como bem jurídico-público tutelado pela atividade sancionadora de Tribunais de Contas, como decorrência dos princípios republicano e democrático consagrados na Constituição Federal..... 187

7

PRESCRIÇÃO À LUZ DO MODELO DE AUDITORIA DO SETOR PÚBLICO ADOTADO PELA CRFB/88: LIMITES AO EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS CORRETIVA E CIENTIFICADORA DECORRENTES DO RECONHECIMENTO COLEGIADO DA PRESCRIÇÃO DAS PRETENSÕES PUNITIVA E RESSARCITÓRIA	201
--	------------

8

REGIME JURÍDICO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL NA ESFERA DO CONTROLE EXTERNO	213
8.1 Devido processo legal na esfera de controle externo	218
8.2 A ausência de definição legislativa das fases de instrução e julgamento e sua relação com o devido processo legal substantivo: a inobservância da segregação de funções e a necessidade de colmatação normativa para garantir a imparcialidade na produção probatória	226
REFERÊNCIAS.....	241